

Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH
Unidade de Pronto Atendimento UPA Porte II

CNPJ nº 23.453.830/0010-60

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 - Em R\$				DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 - Em R\$			
Ativo	Nota	2016	2015	Passivo	Nota	2016	2015
Circulante		6.165.610	5.080.118	Circulante		1.585.706	1.191.251
Caixa e equivalentes de caixa	2a e 3	1.630.273	772.387	Fornecedores	6	647.699	496.831
Contas a receber	1b e 4	4.350.000	4.124.783	Obrigações trabalhistas	7	624.850	472.399
Estoques	2b	92.512	127.910	Obrigações sociais		106.864	86.850
Adiantamento a funcionários		20.871	22.198	Obrigações fiscais		57.874	29.982
Despesas Antecipadas		9.254	8.708	Outras contas a pagar	8	148.419	105.189
Outros créditos		62.700	24.132	Patrimônio Líquido		4.656.119	3.916.278
Não Circulante		76.215	27.411	Patrimônio social		3.916.278	1.109.948
Imobilizado líquido	2c e 5	18.454	23.032	Superávit do exercício		739.841	2.806.330
Intangível líquido	2d e 5	57.761	4.379	Total do Passivo		6.241.825	5.107.529
Total do Ativo		6.241.825	5.107.529				

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (CONTÁBEIS) EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 - Em R\$

1. Contexto Operacional: a) **Objetivos Sociais:** A Unidade de Pronto Atendimento e Pronto Atendimento Infantil Santa Paula, da Prefeitura de Ponta Grossa (PR), funcionam 24h por dia e são voltados para atendimentos de urgência e emergência, com pediatras, clínicos e enfermeiros para um atendimento de qualidade e eficácia aos usuários, com base no Protocolo de Manchester, que classifica o grau de problema. Na unidade também estão disponibilizados exames laboratoriais, raios-x, aplicação de medicamentos, inalações e eletrocardiograma. b) **Contrato de Gestão:** A Unidade de Pronto Atendimento e Pronto Atendimento Infantil Santa Paula é administrada desde 1º de julho de 2014, por meio do contrato de Gestão para o Gerenciamento e Execução de atividades e serviços de saúde entre a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH, CNPJ - 23.453.830/0001-70, entidade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, beneficente e filantrópica. O INDSH é considerado de utilidade pública pelo Decreto Federal nº 50.517/61, publicado no DOU em 23/12/1970, declarada de Utilidade Pública Estadual pela Lei Estadual nº 5.341/1969, declarada de Utilidade Pública Municipal pela Lei Municipal nº 416, com certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área da Saúde renovado através da portaria nº 1.347 de 23.12.2015, para a triênio 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2017. 2. **Apresentações das Demonstrações Financeiras e Principais Práticas Contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com a Lei 6.404/76, 11.638/2007 e 11.941/2009, com os pronunciamentos e suas respectivas interpretações e orientações técnicas emitidos pelos Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que, incluídas na legislação brasileira, são denominadas práticas adotadas no Brasil, assim como a Resolução 1.409/2012, que aprovou a NBC ITG 2002, a lei nº 12.101/2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e regulam os procedimentos de isenção de contribuição para a seguridade social a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidades de lucros. O sumário das principais práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras são: a) **Caixa e equivalente de caixa:** São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. b) **Estoques:** São demonstrados ao custo médio de aquisição, inferior ou igual ao preço de mercado. c) **Ativo imobilizado de gestão pública:** Os imobilizados são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzindo de depreciação acumulada, sendo calculado pelo método linear e leva em conta o período de vida útil e econômica do bem. d) **Ativo intangível de gestão pública:** Os intangíveis refletem os custos com direitos de uso de software. E estão sendo amortizados a taxas lineares. e) **Apuração do resultado do exercício:** As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. f) **Provisão para férias e encargos:** Estão provisionadas integralmente pela parte vencida e proporcional a vencer, inclusive com os respectivos encargos sociais até a data do balanço. g) **Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os ativos são reconhecidos quando provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade. Os passivos são reconhecidos quando a Entidade possui a obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. Referidos ativos e passivos são acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. h) **Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Nas transações de 2016 não houve operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se dessem ser ajustadas a valor presente. i) **Patrimônio líquido:** O Patrimônio Líquido é representado pelo Patrimônio Social acrescido pelos resultados apurados e incorporados anualmente, após deliberação da assembleia geral ordinária.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 2016 E 2015 - EM R\$

Descrição	Patrimônio Social	Superávit do exercício	Total
Em 31 de dezembro de 2014	-	1.109.948	1.109.948
Incorporação ao Patrimônio Social	1.109.948	-	1.109.948
Superávit do exercício	-	2.806.330	2.806.330
Em 31 de dezembro de 2015	1.109.948	2.806.330	3.916.278
Incorporação ao Patrimônio Social	2.806.330	-	2.806.330
Superávit do exercício	-	739.841	739.841
Em 31 de dezembro de 2016	3.916.278	739.841	4.656.119

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

3. Caixa e Equivalentes de Caixa:

Descrição	2016	2015
Caixa	1.500	1.500
Banco conta movimento	87	338
Aplicações financeiras de liquidez imediata	1.628.686	770.549
	1.630.273	772.387

4. Contas Receber: Referem-se aos valores a receber conforme contrato número 422/2014 com a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa referente serviço de gestão da Unidade de Pronto Atendimento - UPA Santa Paula.

Descrição	2016	2015
Contrato número 422/2014 - PM Ponta Grossa	4.350.000	4.124.783
	4.350.000	4.124.783

5. Imobilizado:

	2016			2015		
	Taxa anual Deprec. %	Custo	Líquido	Taxa anual Deprec. %	Custo	Líquido
Móveis e utensílios	10%	2.640	594	10%	2.640	330
Maquinas e equipamentos	10%	5.828	1.389	10%	5.828	807
Equipamento Informático	20%	17.027	7.712	20%	17.027	4.307
Aparelhos Medicina	10%	3.261	607	10%	3.261	280
		28.756	10.302		28.756	5.724

Intangível

	2016			2015		
	Taxa anual amort. %	Custo	Líquido	Taxa anual amort. %	Custo	Líquido
Software	20%	65.647	7.886	20%	49.24	545
		65.647	7.886		49.24	545

6. Fornecedores:

Descrição	2016	2015
Fornecedores Diversos	55.853	28.830
Fornecedores de Serviço	109.336	84.721
Honorários Médicos PJ	482.510	383.280
	647.699	496.831

7. Obrigações Trabalhistas:

Descrição	2016	2015
Obrigações trabalhistas	240.366	202.264
Provisão férias	352.918	247.832
Provisão PIS s/férias	3.528	2.477
Provisões FGTS s/férias	28.038	19.826
	624.850	472.399

8. Outras Obrigações:

Descrição	2016	2015
Água	2.486	-
Contas a Pagar	46.573	886
INDSH - Sede Administrativa	99.360	104.303
	148.419	105.189

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 - Em R\$

Evento	2016	2015
Fluxos das atividades operacionais		
Superávit do exercício	739.841	2.806.330
Depreciação/amortizações	11.919	5.006
(=) Total do ajuste líquido	751.760	2.811.336
Variações no circulante das contas de ativo e passivo		
Aumento / redução dos créditos - circulante	(262.458)	(2.222.938)
Aumento / redução de estoques	35.399	79.335
Aumento / redução das Desp. Do Exercício Seguinte	(547)	(8.708)
Aumento / redução de fornecedores	150.868	(51.690)
Aumento / redução de obrigações trabalhistas	152.451	196.693
Aumento / redução de obrigações sociais	20.014	25.042
Aumento / redução de obrigações tributárias	27.892	11.774
Aumento / redução de outras obrigações	43.230	(596.804)
(=) Total das variações das contas do ativo e passivo	166.849	2.567.296
(=) Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	918.609	2.444.040
Atividades de investimentos	(60.723)	(6.794)
Aquisição de imobilizado	-	(2.640)
Aquisição de bens do intangível	(60.723)	(4.154)
(=) Variação do caixa e equivalente	857.886	237.246
Saldo existente no início do exercício	772.387	535.141
Saldo existente no final do exercício	1.630.273	772.387
(=) Resultado final de caixa (disponível)	857.886	237.246

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

9. Isenções Usufruídas: Como entidade beneficente, sem fins lucrativos, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano não distribui parcela de seu patrimônio, ou de suas rendas, a título de lucro ou participação no resultado, aplica integralmente no país os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com o dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional - CTN. O valor da isenção do recolhimento da CONTRIBUIÇÃO PATRONAL sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados e contabilizados, como se devido fosse.

Descrição	2016	2015
Isenção das contribuições previdenciária	1.021.746	860.884
COFINS	414.000	427.573
	1.435.746	1.288.457

Para usufruir da isenção da Contribuição Patronal devida ao INSS, Decreto nº 8.242/2014, o Instituto está sujeito à comprovação da oferta de todos os seus serviços ao SUS, no percentual mínimo de 60%. **10. Seguros:** O Instituto mantém contratos de seguros, por medidas preventivas em valor considerado pela administração, suficiente para cobertura de eventuais sinistros. Ponta Grossa/PR, 31 de dezembro de 2016

Juliano Pizetta Steurer
Diretor Executivo
CPF: 978.032.000-87

Angélica Cristina P. da Luz
Contadora
CRC PR 070.524/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs. Diretores do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH Unidade de Pronto Atendimento UPA Porte II - Ponta Grossa - PR. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH - Unidade de Pronto Atendimento UPA Porte II, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH - Unidade de Pronto Atendimento UPA Porte II, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em especial a Resolução CFC 1409/2012 (que aprovou a ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidades de Lucros). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos

já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 29 de março de 2017.

Maion & Oliveira, Auditores Independentes S/S - CRC - 2PA 0262/T-9
José Aparecido Maion
Contador
CRC 1-SP-117.681/O-3

Reginaldo Caboatan
Contador
CRC - 1-SP- 206.149/O



A história do Paraná passa por aqui.

www.imprensaoficial.pr.gov.br